



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Especialidade Assistente Social

TIPO 2 – VERDE

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - este caderno de provas, contendo 70 questões objetivas e 2 questões discursivas;
 - uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - uma folha de textos definitivos destinada às questões discursivas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com **05 (cinco)** alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva e a folha de textos definitivos das questões discursivas você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo das questões discursivas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva e na folha de textos definitivos das questões discursivas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **04h30 (quatro horas e trinta minutos)**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição do texto definitivo das questões discursivas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas da prova objetiva e a folha de textos definitivos das questões discursivas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **16/12/2014**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjrj.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **17/12/2014** até as 23h59 do dia **18/12/2014**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjrj, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Grupo I - Língua Portuguesa

TEXTO 1 – CONSTRUIR A REALIDADE

José Antonio Marina

Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito. Se um problema atravessa nossas vidas, nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres, pois há limitações e dificuldades de atuar. Ficamos em uma rua sem saída.

Felizmente, a inteligência nos permite encontrar soluções e nos possibilita criar alternativas. O pensamento liberta! Não nos contentamos em conhecer, não nos basta possuir, não somos seres passivos. Nossos projetos buscam conectar-se à realidade e ampliá-la. Por exemplo, milhares de pessoas leem livros de autoajuda, pois desejam mudar sua própria realidade, ainda que os resultados sejam pequenos. Então, por que continuam lendo? Porque a simples ideia de que “se pode” mudar enche o coração de esperança.

Em muitas ocasiões, nos sentimos presos à realidade, sem poder agir, limitados pelas contingências da vida. Felizmente, a inteligência nos diz que, dentro de certos limites – a morte é um deles -, a realidade não está totalmente decidida; está esperando que acabemos de defini-la. A realidade não é bela nem feia, nem justa nem injusta, nem exultante nem deprimente, não há maniqueísmo. A vida é um conjunto de possibilidades que devem ser construídas. Por isso, nada é definitivo, tudo está por vir. As coisas adquirem propriedades novas quando vamos em direção a elas com novos projetos.

Observemos essa explosão do real em múltiplas possibilidades. Cada coisa é uma fonte de ocorrências, cada ponto se converte na intersecção de infinitas retas, ou de infinitos caminhos. Cada vez mais se desfazem os limites entre o natural e o artificial.

1

Na frase “Todos queremos viver em liberdade”, o exemplo de concordância verbal em “Todos queremos” se repete na seguinte frase:

- (A) Não são criativos todos os brasileiros;
- (B) Os candidatos estamos preocupados com a prova;
- (C) V. Ex.^a parece entristecido;
- (D) Todos nós desejamos a liberdade;
- (E) A gente não deseja mais viver.

2

“Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito.”

Nesse primeiro período do texto 1, o autor resume um projeto de vida para o homem; nesse projeto, o único elemento inadequadamente definido é:

- (A) agentes da ação: o autor e seus leitores;
- (B) motivação da ação: desejo de viver livremente;
- (C) ação: construção de caminhos;
- (D) finalidade da ação: alcançar a liberdade;
- (E) meio da ação: procurar construir caminhos.

3

“Todos queremos viver em liberdade e procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito. Se um problema atravessa nossas vidas, nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres, pois há limitações e dificuldades de atuar. Ficamos em uma rua sem saída.”

A inversão de termos em uma das frases desse primeiro parágrafo do texto 1 que se torna inadequada por modificar o sentido original é:

- (A) todos queremos viver em liberdade / todos queremos em liberdade viver;
- (B) procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito / para alcançar esse propósito procuramos construir caminhos;
- (C) se um problema atravessa nossas vidas / se um problema nossas vidas atravessa;
- (D) nos sentimos impossibilitados / sentimo-nos impossibilitados;
- (E) ficamos em uma rua sem saída / ficamos sem saída em uma rua.

4

“Se um problema atravessa nossas vidas, / nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres”; o segundo segmento desse trecho do texto 1, em relação ao primeiro, funciona como sua:

- (A) explicação;
- (B) conclusão;
- (C) condição;
- (D) consequência;
- (E) concessão.

5

“A realidade não é bela nem feia, nem justa nem injusta, nem exultante nem deprimente, não há maniqueísmo.”

O par de palavras abaixo que obedece ao mesmo padrão dos adjetivos (bela/feia, justa/injusta, exultante/deprimente) no segmento destacado é:

- (A) transferido/mantido;
- (B) inédito/desconhecido;
- (C) impávido/orgulhoso;
- (D) eficaz/eficiente;
- (E) habitual/inóspito.

6

Ao dizer que “Ficamos em uma rua sem saída”, no final do primeiro parágrafo, o autor do texto 1 se refere:

- (A) à demorada procura da solução de um problema;
- (B) ao surgimento de um problema em nosso caminho;
- (C) à incapacidade de agirmos livremente;
- (D) ao encontro de limitações e dificuldades;
- (E) à possibilidade de descobrir um caminho.

7

“Felizmente, a inteligência permite encontrar soluções e nos possibilita criar alternativas”; a forma de reescrever-se o segmento sublinhado que respeita o paralelismo sintático é:

- (A) permite o encontro de soluções e nos possibilita que criemos alternativas;
- (B) permite o encontro de soluções e a possibilidade de criação de alternativas;
- (C) permite que encontremos soluções e nos possibilita que criemos alternativas;
- (D) permite que encontremos soluções e nos possibilita a criação de alternativas;
- (E) permite o encontro de soluções e a possibilidade de criarmos alternativas.

8

“Observemos essa explosão do real em múltiplas possibilidades”; no contexto em que está inserido (texto 1), o segmento tem função de:

- (A) ordem;
- (B) conselho;
- (C) advertência;
- (D) apelo;
- (E) ironia.

9

A frase do texto 1 que se encontra na voz passiva é:

- (A) “nos sentimos impossibilitados de estar plenamente livres”;
- (B) “não nos basta possuir”;
- (C) “então, por que continuam lendo?”;
- (D) “nos sentimos presos à realidade”;
- (E) “cada vez mais se desfazem os limites”.

10

“Não nos contentamos em conhecer, / não nos basta possuir, / não somos seres passivos”; nesse trecho do texto 1 há três segmentos destacados e, entre eles, as conjunções adequadas seriam:

- (A) mas – já que;
- (B) e – pois;
- (C) pois – e;
- (D) já que – logo;
- (E) porém – dado que.

11

“procuramos construir caminhos para alcançar esse propósito”; a forma adequada da transformação da oração reduzida sublinhada em oração desenvolvida é:

- (A) para o alcance desse propósito;
- (B) para que alcançássemos esse propósito;
- (C) para alcançarmos esse propósito;
- (D) para que alcancemos esse propósito;
- (E) para que esse propósito fosse alcançado.

12

O título dado ao texto 1 é “construir a realidade”; o segmento do texto que se liga diretamente a esse título é:

- (A) “O pensamento liberta!”;
- (B) “Por exemplo, milhares de pessoas leem livros de autoajuda”;
- (C) “Em muitas ocasiões, nos sentimos presos à realidade”;
- (D) “A vida é um conjunto de possibilidades”;
- (E) “Nossos projetos buscam conectar-se à realidade”.

13

“As coisas adquirem propriedades novas quando vamos em direção a elas com novos projetos”; o termo que equivale exatamente ao segmento sublinhado é:

- (A) ao encontro delas;
- (B) de encontro a elas;
- (C) junto delas;
- (D) em companhia delas;
- (E) contra elas.

TEXTO 2 – A REALIDADE PERCEBIDA PELOS ANIMAIS

É difícil imaginar como pode ser o mundo de um animal considerando que não só sua inteligência, mas também seus sistemas sensoriais são diferentes dos nossos. Todavia, os animais captam estímulos que nós não captamos. O ornitorrinco, por exemplo, percebe com seu bico, parecido com o dos patos, as descargas elétricas produzidas pelos camarões, a um metro de distância. As abelhas percebem as alterações elétricas causadas por uma tempestade distante e voltam para a colmeia; as serpentes detectam o calor de suas vítimas; os morcegos percebem o eco dos sons que lançam.

O biólogo alemão von Uexküll assinalou que cada espécie animal vive em um mundo próprio, ao que chamou *Umwelt*.

14

Segundo o texto 2, as diferentes espécies animais apresentam percepções distintas do mundo porque:

- (A) os animais não captam estímulos que nós captamos;
- (B) sua inteligência e seus sistemas são distintos dos nossos;
- (C) cada espécie vive em um mundo próprio;
- (D) empregam órgãos que nós não possuímos;
- (E) os animais não usam somente a inteligência.

15

O segundo período do texto 2 se inicia pela conjunção “todavia”; sobre esse emprego, a afirmação correta é:

- (A) pode ser substituída adequadamente por “porém”;
- (B) deve ser alterada para “pois”;
- (C) necessita ser trocada por “embora”;
- (D) pode modificar-se para “logo”;
- (E) deve ser mantida, já que mostra correção.

16

“O ornitorrinco, por exemplo, percebe com seu bico, parecido com o dos patos, as descargas elétricas produzidas pelos camarões, a um metro de distância. As abelhas percebem as alterações elétricas causadas por uma tempestade distante e voltam para a colmeia; as serpentes detectam o calor de suas vítimas; os morcegos percebem o eco dos sons que lançam.”

O termo que indica corretamente o seu sentido no contexto é:

- (A) com / companhia;
- (B) pelos / meio;
- (C) a / direção;
- (D) por / agente;
- (E) para / finalidade.

17

O último parágrafo do texto 2 é típico de um texto:

- (A) informativo;
- (B) publicitário;
- (C) didático;
- (D) instrucional;
- (E) preditivo.

18

“É difícil imaginar como pode ser o mundo de um animal considerando que não só sua inteligência, mas também seus sistemas sensoriais são diferentes dos nossos.”

O comentário adequado sobre os componentes desse segmento do texto 2 é:

- (A) o infinitivo “imaginar” pode ser substituído por “que se imaginasse”;
- (B) o conector “mas também” equivale semanticamente a “porém”;
- (C) os pronomes “sua” e “seus” possuem referenciais diferentes;
- (D) o termo “como” tem valor de interrogativo de modo;
- (E) “difícil”, “animal” e “sensoriais” são exemplos de adjetivos.

19

Os exemplos dos animais citados no texto 2 servem para mostrar que os animais:

- (A) são diferentes de nós;
- (B) também possuem inteligência;
- (C) captam estímulos que nós não captamos;
- (D) podem ouvir mais do que os humanos;
- (E) vivem num mundo equilibrado.

20

Os dois textos desta prova mostram um tema em comum:

- (A) o valor da inteligência;
- (B) a luta pela sobrevivência;
- (C) a construção de uma nova realidade;
- (D) a observação de seres vivos;
- (E) as diferenças entre animais e seres humanos.

Grupo II - Noções de Direito Administrativo e Constitucional, CODJERJ, Consolidação Normativa e Legislação Complementar

21

Maria Antonieta é servidora estadual lotada na Secretaria de Segurança Pública e exerce função de confiança. De acordo com as disposições constitucionais que regem seu vínculo com a Administração Pública, é correto afirmar que Maria Antonieta:

- (A) necessariamente é servidora ocupante de cargo efetivo;
- (B) pode ser ocupante exclusivamente de cargo de livre nomeação e exoneração;
- (C) será aposentada pelo regime geral de previdência social;
- (D) não pode exercer função de chefia, direção e assessoramento;
- (E) terá prioridade na próxima promoção na carreira, por ter exercido função de confiança.

22

Em matéria de processo administrativo, aplica-se o princípio constitucional:

- (A) do devido processo legal, segundo o qual ninguém será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, mas pode sê-lo de seus bens;
- (B) da inércia, segundo o qual a Administração Pública precisa ser provocada pelo interessado para iniciar o processo administrativo;
- (C) do contraditório, segundo o qual o administrado réu é obrigado a se defender com os meios necessários, sob pena de ser declarado indefeso com a nomeação de defensor dativo;
- (D) da ampla defesa, segundo o qual ao administrado é assegurado o exercício de sua defesa com os meios e recursos a ela inerentes;
- (E) da verdade real, segundo o qual o administrador possui os mesmos poderes e prerrogativas das autoridades judiciais.

23

Prefeito municipal praticou ato administrativo escolhendo, por meio de critérios de oportunidade e conveniência, quais ruas da cidade serão asfaltadas nos próximos meses. Foi-lhe permitido estabelecer tais prioridades a partir do poder administrativo:

- (A) vinculado;
- (B) hierárquico;
- (C) normativo;
- (D) discricionário;
- (E) regulamentar.

24

Mariana, ocupante de cargo efetivo de analista judiciário, especialidade Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, presenciou determinada situação no corredor do fórum, em frente à sala de audiências da Vara de Família, envolvendo as partes que aguardavam a próxima audiência. Por ordem do meritíssimo juiz, Mariana lavrou termo de informação circunstanciada narrando o que presenciou. Esse ato administrativo de cunho declaratório é revestido de presunção relativa de que os fatos ali constantes são verdadeiros e de que tal ato foi praticado de acordo com a lei. Tal atributo ou característica do ato administrativo é chamado pela doutrina de Direito Administrativo como presunção de:

- (A) veracidade e legitimidade;
- (B) imperatividade e legalidade;
- (C) autoexecutoriedade e legitimidade;
- (D) tipicidade e imperatividade;
- (E) coercibilidade e legalidade.

25

O povo brasileiro, nos últimos anos, demonstrou sua insatisfação com a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado. Atento a essa nova demanda e com o escopo de melhorar a qualidade da educação e cultura em âmbito estadual, o Governador de determinado Estado da Federação subdividiu a então Secretaria de Educação e Cultura em dois novos órgãos: Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura. De acordo com a doutrina clássica de Direito Administrativo, trata-se da seguinte providência:

- (A) desmembramento;
- (B) descentralização;
- (C) desconcentração;
- (D) desdobramento;
- (E) delegação.

26

O servidor público:

- (A) somente será nomeado para o cargo público após prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;
- (B) ocupante de cargo de provimento efetivo está proibido de exercer funções de confiança;
- (C) somente pode ser remunerado por subsídio, que não poderá exceder o valor pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- (D) deve ter os novos benefícios pecuniários calculados tomando-se como base de cálculo os benefícios anteriormente concedidos;
- (E) não pode ter a sua remuneração vinculada ou equiparada a quaisquer espécies remuneratórias.

27

É correto afirmar que os direitos fundamentais:

- (A) somente podem ser invocados após a sua regulamentação pela legislação infraconstitucional;
- (B) podem decorrer dos tratados internacionais adotados pela República Federativa do Brasil;
- (C) precisam estar expressos na Constituição, sob pena de não ser possível suscitá-los perante o Poder Judiciário;
- (D) são indisponíveis, devendo ser necessariamente exercidos pelos respectivos titulares;
- (E) somente podem ser restringidos após plebiscito, em que sejam ouvidos todos os interessados.

28

Com os olhos voltados à forma de Estado adotada pelo Brasil, é correto afirmar que:

- (A) na competência legislativa concorrente, a União deve limitar-se ao estabelecimento de normas gerais;
- (B) na competência legislativa supletiva, os Municípios podem suplementar, no que couber, a legislação federal, estadual e distrital;
- (C) a competência comum indica que todos os entes da Federação podem legislar sobre as respectivas matérias;
- (D) os Estados e os Municípios podem legislar sobre questões específicas, em matérias de competência privativa da União, desde que lei complementar o autorize;
- (E) o ente da Federação de maior amplitude estabelece todas as normas a serem observadas pelos de menor amplitude.

29

As funções essenciais à Justiça:

- (A) estão subordinadas ao Poder Judiciário no plano funcional;
- (B) são autônomas em relação ao Poder Judiciário;
- (C) estão subordinadas ao Poder Judiciário no plano administrativo;
- (D) são autônomas em relação ao Poder Judiciário e subordinadas ao Ministério da Justiça;
- (E) estão subordinadas ao Poder Executivo exclusivamente no plano financeiro.

30

O Tribunal de Justiça:

- (A) tem iniciativa legislativa privativa para o projeto de lei que disponha sobre o Estatuto Estadual da Magistratura;
- (B) tem iniciativa legislativa privativa para o projeto de lei que disponha sobre as funções essenciais à Justiça;
- (C) tem suas competências definidas na Constituição Estadual;
- (D) tem suas competências definidas na lei de organização e divisão judiciárias;
- (E) deve julgar os seus próprios membros e os Juízes de Direito nos crimes comuns e de responsabilidade.

31

É correto afirmar, em relação à reclamação, que ela deve:

- (A) individualizar a infração disciplinar praticada pelo Juiz de Direito;
- (B) direcionar-se a qualquer ato praticado por órgão jurisdicional de primeira instância que afronte os interesses do autor;
- (C) ser antecedida de pedido de reconsideração da decisão ou do ato a que se refere;
- (D) ser apresentada antes do decurso do prazo decadencial de seis meses, a contar da publicação do ato que a motivou;
- (E) culminar com a remoção compulsória do Juiz de Direito sempre que identificada inversão da ordem legal do processo, erro de ofício ou abuso de poder.

32

Em relação aos Juizes de Paz, é correto afirmar que:

- (A) sua função precípua é a de atuar nas comunidades em vias de pacificação;
- (B) têm competência funcional em todo o território do Estado do Rio de Janeiro;
- (C) somente têm competência funcional na capital do Estado do Rio de Janeiro;
- (D) podem ser nomeadas para esses cargos quaisquer pessoas maiores de 25 anos;
- (E) não podem proferir decisão a respeito de controvérsias relativas à habilitação para o casamento.

33

É correto afirmar, em relação à Justiça Militar Estadual, que:

- (A) sua jurisdição está limitada à capital do Estado do Rio de Janeiro;
- (B) o seu órgão de segunda instância é o Tribunal de Justiça;
- (C) compete a ela julgar os policiais militares pela prática de quaisquer crimes;
- (D) o julgamento dos crimes praticados pelos Oficiais das Forças Armadas sempre será realizado pela Auditoria Militar;
- (E) a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças será decidida pelo Juiz Auditor.

34

Com os olhos voltados à divisão territorial, para fins de administração da Justiça, pode-se afirmar que:

- (A) as comarcas sempre equivalem a um Município;
- (B) as comarcas sempre correspondem a um conjunto de Municípios;
- (C) cada Vara corresponde a uma comarca;
- (D) o distrito será instalado com a posse do Juiz de Paz;
- (E) a região judiciária engloba pelo menos dois Municípios.

35

Na composição, no funcionamento e na competência dos órgãos judiciários de segunda instância, verifica-se que:

- (A) o Desembargador em exercício simultâneo no Órgão Especial e em Câmara isolada terá nesta reduzida a distribuição;
- (B) a Seção Cível é constituída pelos dois desembargadores mais antigos lotados em cada uma das Câmaras Cíveis;
- (C) o Órgão Especial do Tribunal de Justiça é constituído por todos os desembargadores da ativa;
- (D) os Vice-Presidentes são escolhidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) não há Câmaras Especializadas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

36

No âmbito da responsabilidade administrativa dos funcionários públicos civis do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) não é possível que um mesmo fato enseje a responsabilidade do funcionário público nessa esfera e nas instâncias civil e penal;
- (B) não é admitida a aplicação da pena de cassação de aposentadoria, já que a aposentadoria dissolve o vínculo funcional e faz surgir o vínculo previdenciário;
- (C) a pena disciplinar de suspensão não pode superar 30 (trinta) dias corridos, de modo a não comprometer a subsistência do funcionário público e de sua família;
- (D) a destituição de função não tem a natureza jurídica de sanção disciplinar, refletindo mero ato discricionário da autoridade competente;
- (E) resulta de atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho de cargo ou função, ou mesmo fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.

37

É correto afirmar, em relação ao responsável pelo expediente, que ele deve:

- (A) auxiliar o Juiz de Direito, que é o responsável pelo exercício da chefia direta da serventia;
- (B) fiscalizar a atividade do sub-escrivão, que tem o dever de manter a serventia aberta e em regular funcionamento durante o horário de expediente;
- (C) controlar a frequência diária dos servidores vinculados à sua serventia, em livro ou outro meio apropriado;
- (D) encaminhar à Corregedoria-Geral da Justiça, mensalmente, os relatórios estatísticos do Juízo das serventias não informatizadas, elaborados pelo secretário do Juiz de Direito;
- (E) fiscalizar a conduta e instaurar processo administrativo disciplinar para apurar a conduta dos servidores vinculados à sua serventia;

38

A partir dos distintos aspectos afetos ao Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) as atribuições dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, bem como a distribuição das vagas, serão descritas em Regulamento;
- (B) é considerado serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo ou em comissão, criado por lei e remunerado pelo erário estadual;
- (C) as carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária somente são divididas em classes, com áreas distintas de atividade;
- (D) a chefia de serventia judicial de primeira instância é conferida conforme a ordem de classificação no concurso para Analista Judiciário ou Técnico de Atividade Judiciária;
- (E) a chefia de serventia judicial de primeira instância é livremente conferida, pelo Corregedor-Geral da Justiça, ao Analista Judiciário ou Técnico de Atividade judiciária de sua escolha.

39

A gerência de cada cartório judicial deve atender aos seguintes objetivos:

- (A) fortalecer a função de chefia e liderança do escrivão;
- (B) instituir a metodologia de trabalho mais adequada a cada atividade cartorária, evitando, sempre que possível, a sua unificação;
- (C) detalhar os procedimentos a serem adotados nas diversas áreas de aplicação dos serviços judiciais, de modo que sua complexidade seja compatível com a complexidade das relações sociais;
- (D) aperfeiçoar os atos ordinatórios e decisórios do Juiz de Direito nos planos qualitativo e quantitativo;
- (E) aprimorar a qualidade de vida dos servidores, zelando para que o número de interrupções diárias dos serviços judiciais não comprometam o atendimento ao público.

40

Em relação ao assistente social judicial, é correto afirmar que:

- (A) está hierarquicamente subordinado ao Juiz de Direito;
- (B) está hierarquicamente subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça;
- (C) está hierarquicamente subordinado ao Serviço de Apoio aos Assistentes Sociais;
- (D) deve observar o plano geral de ação proposto pelo Serviço de Apoio aos Assistentes Sociais, com aprovação do respectivo Juiz de Direito;
- (E) deve observar as diretrizes técnicas fixadas pelo respectivo Juiz de Direito, com aprovação da Corregedoria Geral da Justiça.

Grupo III - Conhecimentos Específicos**41**

Cada vez mais o assistente social tem sido chamado a atuar em processos de planejamento, avaliação e gestão em âmbito federal, estadual e municipal. No entanto, não se deve confundir planejamento com plano, que se caracteriza por:

- (A) compor um sistema integrado de benefícios, direitos, políticas e serviços destinados à cobertura das necessidades das populações;
- (B) ser um documento que indica um conjunto de projetos, cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública;
- (C) empreender ações interventivas cotidianas, no sentido de promover a cidadania em populações mais carentes, a fim de proporcionar seu empoderamento;
- (D) conter estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação de pontos a serem contemplados, bem como objetivos, estratégias e metas;
- (E) constituir em instrumento de execução de empreendimentos específicos, destinados para as mais variadas atividades e pesquisa no espaço público e privado.

42

A orientação neoliberal assumida pelos Governos no Brasil nos últimos 25 anos repercutiu sobre as políticas sociais (notadamente aquelas vinculadas à Seguridade Social) e também sobre o exercício profissional do assistente social no âmbito dessas políticas. A partir da análise deste contexto, muitos autores vinculados à teoria crítica avaliam que há uma tendência à redefinição no próprio trabalho profissional do assistente social, que passa a ser requisitado para:

- (A) gerir a pobreza através de critérios de elegibilidade para benefícios seletivos;
- (B) combater a desigualdade social por meio de políticas universais;
- (C) elaborar projetos de intervenção que visem a emancipação das populações carentes;
- (D) atuar junto aos movimentos sociais a fim de capacitá-los para o exercício da cidadania plena;
- (E) mobilizar entidades classistas para análise da conjuntura e reivindicação de direitos coletivos.

43

Maria, separada do marido há 10 meses, tendo com este um filho de três anos que, conforme regulamentação judicial de visita, fica com o pai durante fins de semana alternados, além de um dia na semana, no qual ele pega o filho na creche e o devolve à casa da mãe no dia seguinte, recorre à justiça pleiteando que o regime de visitação seja alterado para visitas sem pernoite, em local público, durante 4 horas, em um dos dias do final de semana. Alega que só agora descobriu que o ex-marido é homossexual e que desde a separação vive com um companheiro na mesma casa em que o filho frequenta durante as visitas. Informa ainda que foi instada a investigar a situação em razão das constantes referências que o filho fazia ao “amigo do papai”. Em sua contestação, o pai confirma a nova condição sexual, bem como o fato de estar morando com o companheiro, embora assegure que jamais permitiu que o filho presenciasse qualquer situação constrangedora tanto dentro de casa quanto na rua. Acrescenta ainda que, antes de saber da situação, a ex-mulher sempre comentava que o menino adorava visitá-lo e que falava com alegria dos passeios e brincadeiras que faziam nos dias de visita.

A assistente social a quem coube a realização da perícia determinada pelo juiz da Vara de Família, atestou a veracidade dos fatos relatados pelas partes, e, tendo ouvido a criança, observou que a relação entre ela e o pai é de confiança e bastante afetiva, assim como com seu parceiro, a quem se refere sem denotar qualquer estranhamento. Maria, entretanto, durante as entrevistas, manifestou repulsa pela situação, dizendo-se disposta a tudo para impedir que o filho conviva num ambiente que qualifica de imoral, promíscuo e perturbador do desenvolvimento psíquico e emocional, bem como comprometedor da formação do caráter e de princípios que norteiem as escolhas éticas e morais de qualquer criança.

Frente à natureza do conflito, a assistente social elabora laudo pericial no qual oferece ao juiz a seguinte sugestão:

- (A) atender parcialmente a demanda da requerente, estabelecendo, por um período de 6 meses, encontros entre pai e filho nas dependências da Vara, os quais serão acompanhados por um psicólogo que fará relatório conclusivo ao final do prazo, objetivando avaliar a dinâmica da relação e possíveis prejuízos ao desenvolvimento psíquico e emocional da criança;
- (B) negar o pedido da requerente, mantendo os termos da regulamentação de visitas anteriormente definidos pelo juiz, uma vez que, não havendo nos autos razões objetivas que justifiquem a limitação do pleno exercício da paternidade, bem como do direito da criança de conviver com o pai, fica configurada a prática de alienação parental por parte da mãe;
- (C) suspender temporariamente as visitas como forma de evitar a espiral do conflito e encaminhar os pais para Terapia Familiar, na medida em que litígios dessa natureza são melhor equacionados através de formas alternativas de resolução de conflitos;
- (D) encaminhar as partes ao Centro de Mediação, já que, por se tratar de conflito polarizado por valores e visões antagônicas da situação, o atendimento à demanda de uma das partes ou a tentativa de composição dos interesses sem a participação dos interessados pode levar à escalada do conflito e resultar em sérios prejuízos ao bem-estar da criança;
- (E) deferir o pedido da requerente, em consideração ao interesse superior da criança, tendo em vista o fato incontestável de que o pai não oferece ambiente familiar adequado ao pleno desenvolvimento emocional do filho.

44

Um casal está inscrito no Cadastro Nacional de Adoção há 11 meses, quando recebe a indicação de uma criança, segundo o perfil escolhido, para, em caso de aceitação, dar início aos procedimentos da adoção. Ocorre que durante esse período o casal se separou, e a requerente, ao dar conhecimento da situação à assistente social da Vara da Infância e Juventude, informa que seu desejo pela adoção está mantido e que, embora o ex-marido tenha desistido do projeto, tem plenas condições de assumir sozinha os deveres da maternidade. Acrescenta que a separação em nada afetou seu desejo de ser mãe e que, tendo conhecido a criança indicada, já o sente como filho, razão pela qual solicita que seja iniciado o processo de adoção.

Mediante os novos fatos, a assistente social responsável pelo caso adota as seguintes providências:

- (A) informa ao juiz os fatos que configuram a presente situação da requerente, através de relatório circunstanciado no qual sugere sua inclusão no próximo curso preparatório para adoção, conforme dispõe a Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010/09) nos casos em que seja interesse da pessoa manter-se no Cadastro de Adotantes;
- (B) emite relatório circunstanciado ao juiz sobre a presente situação da adotante, informando que, tendo em vista as substanciais mudanças na vida familiar do casal cadastrado, providenciará sua exclusão do Cadastro de Adotantes, bem como a indicação do adotando ao próximo casal ou pessoa constante do referido cadastro;
- (C) informa ao Ministério Público a situação em presença, sugerindo a manutenção da requerente no Cadastro de Adotantes e a consequente abertura do processo de adoção da criança indicada, tendo em vista que a separação de casais não compromete o exercício da maternidade;
- (D) informa ao juiz a nova situação da adotante, através de relatório no qual sugere que o caso seja remetido à Equipe Técnica do Juízo para atualização dos estudos técnicos, com vistas a verificar se a separação do casal comprometeu de algum modo os requisitos que atestem a compatibilidade da postulante à adoção com a natureza da medida;
- (E) suspende os procedimentos relativos à entrega da criança e orienta a adotante a procurar a Defensoria Pública, já que a Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010/09) é omissa quanto a mudanças na configuração familiar que foi objeto das avaliações realizadas durante o processo de habilitação para adoção.

TEXTO 1 - A partir dos anos 1970, com a primeira grande crise do capitalismo após os “30 anos gloriosos”, as proposições neoliberais ganham fôlego no mundo. Nas palavras de Netto (1996: 99): “Também o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um redimensionamento considerável. A mudança mais imediata é a diminuição de sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas ‘funções legitimadoras’ (O’Connor, 1977): quando o grande capital rompe o ‘pacto’ que suportava o *Welfare State*, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais (...).” Depreende-se, portanto, que as repercussões desta crise impactam diretamente os trabalhadores e amplificam a “questão social”.

45

Considerando a temática discutida no texto 1, para os defensores do neoliberalismo, a fórmula para sair da crise deveria incluir:

- (A) a ampliação da proteção social; a financeirização; e a taxação das grandes fortunas;
- (B) a valorização da cidadania; o combate às ditaduras políticas; e a universalização das políticas sociais;
- (C) o desmonte dos direitos sociais; o rompimento do poder dos sindicatos; e a restauração da taxa natural de desemprego;
- (D) o aumento dos gastos estatais na área social; o pleno emprego; e a privatização;
- (E) o Estado mínimo; a moratória da dívida externa; e a reforma tributária.

46

Considerando a temática discutida no texto 1, sob a ótica neoliberal, a “questão social” é apreendida e representada ideologicamente como:

- (A) a democratização da cidadania, da política e da cultura;
- (B) indissociável das configurações assumidas pelo trabalho;
- (C) a expressão ampliada das desigualdades econômicas;
- (D) a ampliação dos direitos para segmentos vulneráveis;
- (E) uma ameaça à ordem e à coesão social.

47

A avó materna de um adolescente de 15 anos requer, com o consentimento da genitora, sua filha, a guarda legal do neto, alegando que ele vive sob sua guarda de fato desde 9 anos de idade, quando a mãe foi morar no exterior, deixando-o sob sua responsabilidade. Há cerca de 2 anos, entretanto, a mãe retornou ao Brasil, passando a morar na mesma casa, já que estava desempregada, situação que perdura até hoje.

A requerente, 67 anos, cuja aposentadoria é de 4 salários mínimos, afirma ser ela quem provê o sustento do neto, inclusive mantendo-o em escola privada de boa qualidade. Acrescenta que a filha, 32 anos, trabalha eventualmente, mas, por não ter qualificação, passa a maior parte do tempo desempregada, embora atualmente esteja fazendo curso de cabeleireira. Sua preocupação, ao solicitar a guarda, é garantir que depois de sua morte o neto tenha condições de manter seu padrão de vida, principalmente no tocante aos estudos, uma vez que, sendo filho de pai desconhecido e não tendo parentes que possam ajudar, teria que contar exclusivamente com os parcos e irregulares recursos financeiros da mãe.

O assistente social a quem coube analisar o caso observou que o adolescente tem bom relacionamento com a mãe, embora sua maior referência de autoridade seja a avó. Observou também que a mãe demonstra empenho em se estruturar profissionalmente, segundo ela, principalmente porque a dependência financeira reduz seu poder de educar e disciplinar o filho.

Frente à situação, o assistente social, em seu laudo pericial, opina:

- (A) pelo deferimento da guarda, em consonância com o princípio da proteção integral que norteia o ECA, por se tratar de regularização de situação estabelecida de fato, cujos vínculos afetivos, de autoridade e de dependência econômica, estão plenamente configurados na relação entre avó e neto, justificando assim a guarda previdenciária;
- (B) pelo indeferimento da guarda pretendida, uma vez que o ECA concebe a guarda como medida excepcional, podendo ser aplicada nos procedimentos de tutela e adoção, ou na eventual falta dos pais ou responsável, o que não é o caso, já que o adolescente vive em companhia da mãe, detentora do poder familiar;
- (C) pelo indeferimento da guarda pleiteada, uma vez que, mesmo estando configuradas as condições previstas pelo ECA para sua concessão, a Lei nº 9.528/97 excluiu os menores sob guarda do rol de dependentes previdenciários, tornando ilegal a guarda exclusivamente para esse fim;
- (D) pelo deferimento da guarda requerida, tendo em vista que a mãe do adolescente não terá condições de sustentá-lo em caso de falecimento da avó, cujo desamparo é hipótese fartamente comprovada nos autos e corroborada pelo estudo social realizado;
- (E) pelo deferimento da guarda, em consonância com a doutrina da proteção integral, na medida em que o ECA e a Constituição Federal se sobrepõem à Lei nº 9.528/97 que exclui os menores sob guarda do direito ao recebimento de pensão por morte do guardião, restrição esta de caráter arbitrário, já que fere o princípio da isonomia em relação aos tutelados.

48

Do ponto de vista jurídico-legal, dois instrumentos são fundamentais para a formulação de projetos de trabalho profissional para o assistente social:

- (A) o Código de Ética Profissional e a Política Nacional de Fiscalização da Profissão;
- (B) o Código Processual de Ética e a Regulamentação sobre a duração do trabalho do assistente social;
- (C) a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional;
- (D) as Diretrizes Curriculares do Serviço Social e a Lei de Estágio;
- (E) o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Código de Ética Profissional.

49

Ao propor um projeto de trabalho profissional, o assistente social deve possuir os seguintes conhecimentos:

- I – as políticas sociais transversais que incidem sobre o seu trabalho;
- II – que demandas lhe são colocadas pelos usuários;
- III – como se conforma a instituição na qual trabalha.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

50

O controle social se gesta e desenvolve em uma díade, que necessita ser estudada e compreendida em suas concepções, uma vez que é composta por:

- (A) sindicatos e instituições patronais;
- (B) entidades classistas e Organizações Não Governamentais;
- (C) partidos políticos e movimentos sociais;
- (D) sociedade civil e Estado;
- (E) terceiro setor e movimentos populares.

51

Em um processo de violência doméstica contra a mulher, em que esta sofreu agressão física de seu companheiro, o assistente social deve:

- (A) aconselhar a vítima a separar-se imediatamente de seu agressor, como forma de garantir sua autonomia e dignidade;
- (B) orientar e acompanhar a vítima à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher para realizar Registro de Ocorrência;
- (C) avaliar com a usuária as consequências de continuar o convívio com o agressor e as possibilidades de ações para sua proteção;
- (D) encaminhar a usuária ao Ministério Público a fim de que esta solicite a imediata prisão preventiva do autor da agressão;
- (E) identificar se há crianças ou adolescentes na família e sugerir o imediato acolhimento institucional das mesmas para protegê-las.

52

A partir dos anos 1970, a Política de Saúde no Brasil começa a ser palco de disputa de dois projetos. São eles:

- (A) o Programa Mais Médicos e a Estratégia Saúde da Família;
- (B) o Projeto de Alma-Ata e as Diretrizes da Organização Mundial da Saúde;
- (C) o Sistema Único e Descentralizado de Saúde e a Reforma Carlos Chagas;
- (D) o modelo hospitalocêntrico e a centralidade da Atenção Básica;
- (E) o Projeto da Reforma Sanitária e o Projeto Privatista.

53

Constituem técnicas ou instrumentos de pesquisa:

- (A) as hipóteses e o cronograma;
- (B) a observação e a análise de documentos;
- (C) os objetivos e a entrevista;
- (D) o universo a ser estudado e a amostra;
- (E) a história oral e a base teórico-conceitual.

54

Quando convocado para depor em audiência sobre determinada situação envolvendo um usuário de seus serviços, segundo o Código de Ética Profissional, o assistente social deve:

- (A) relatar em juízo todas as informações de que tomou conhecimento acerca da vida do usuário;
- (B) apresentar à Justiça as conclusões de seu laudo, declarando estar obrigado a guardar sigilo profissional;
- (C) responder a todas as questões formuladas pelo juiz, promotor de Justiça ou advogados presentes;
- (D) informar ao juízo que está impedido de prestar depoimento em razão de sigilo profissional;
- (E) não comparecer, em razão do prévio envio de documento escrito.

55

Ao ser cobrado pelo juízo a respeito do envio do relatório de estudo social solicitado quando este não está concluído, o assistente social deve:

- (A) enviar relatório de estudo social contendo parecer social, com sua avaliação da situação até o momento;
- (B) enviar relatório informativo do Serviço Social sobre o andamento do estudo social, solicitando maior prazo para sua conclusão;
- (C) enviar relatório de estudo social, buscando concluir sua avaliação com os dados coletados até aquele momento;
- (D) enviar relatório de estudo social ainda sem o parecer social, narrando os dados coletados até o momento;
- (E) informar ao juízo que não foi possível completar o estudo social.

56

Na realização de um estudo social, o assistente social emite correspondência convidando o usuário para uma entrevista. O usuário não comparece e não apresenta justificativa. Diante dessa situação, a conduta do assistente social é:

- (A) comunicar imediatamente ao juízo o não comparecimento do usuário à entrevista;
- (B) buscar outros recursos de localização e contato com o usuário para a realização do atendimento;
- (C) solicitar ao juiz que intime o usuário, sob o risco de este responder às penalidades previstas caso não compareça;
- (D) informar ao Ministério Público sobre a não localização do usuário, impossibilitando a realização do estudo social;
- (E) solicitar a condução do usuário ao local de realização da entrevista por parte do Comissariado.

57

A posição das entidades de fiscalização do Serviço Social no Brasil sobre a participação de assistentes sociais na metodologia de inquirição de crianças e adolescentes conhecida como “Depoimento Sem Danos” ou “Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes” diz respeito:

- (A) à necessidade de qualificação profissional para atuar com essa metodologia;
- (B) ao fortalecimento da participação de assistentes sociais com vistas à proteção da criança;
- (C) ao não reconhecimento da inquirição como competência ou atribuição do assistente social;
- (D) à extensão da metodologia para outras áreas e campos de atuação do assistente social;
- (E) à autorização formal prévia do Conselho Regional para serem multiplicadores da metodologia.

58

A Lei Orgânica da Assistência Social cria uma nova matriz para a Assistência Social no Brasil, na medida em que:

- (A) insere-a no campo da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência;
- (B) implementa o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- (C) introduz critérios de seletividade para a distribuição dos benefícios assistenciais;
- (D) amplia o mercado de trabalho para os assistentes sociais;
- (E) atribui à Assistência Social a centralidade sobre as demais políticas sociais.

59

No final dos anos 1930, a primeira iniciativa no âmbito público de formação técnica especializada na assistência no Rio de Janeiro, que demandará a formação de assistentes sociais, virá:

- (A) do Centro de Estudos e Ação Social;
- (B) dos Centros Operários;
- (C) da Fundação Leão XIII;
- (D) do Juízo de Menores;
- (E) das indústrias do Distrito Federal.

60

Uma das características da assessoria em Serviço Social é:

- (A) emitir opinião técnica sobre determinado tema para o assessorado, que a acatará ou não;
- (B) decidir sobre a situação analisada e informar ao assessorado a decisão tomada;
- (C) fiscalizar as ações e intervenções do sujeito que está sendo assessorado;
- (D) emitir opinião em concordância com os interesses expressos do assessorado;
- (E) analisar as situações do ponto de vista psicossocial e emitir opinião técnica ao assessorado.

TEXTO 2 - Existe, atualmente, uma ampla e variada literatura sobre análise e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

No Serviço Social, esse debate tem início nos anos 1980, com a incorporação da Teoria Social Crítica pela profissão, e adensa-se após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que aporta uma nova lógica para a elaboração e implementação de políticas sociais públicas.

Nessa perspectiva, as políticas sociais “(...) devem ser entendidas e avaliadas como um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos” (Boschetti, 2009: 577).

61

A partir do texto 2, a avaliação de políticas, programas ou projetos sociais deve priorizar:

- (A) os instrumentos e técnicas utilizados para instituir metas e objetivos a serem alcançados;
- (B) a identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu resultado;
- (C) a política econômica que determina a relação custo-benefício para cada programa;
- (D) os elementos constitutivos e determinantes de sua real necessidade;
- (E) o estabelecimento de metas e a formação de equipes para monitorá-las.

62

De acordo com o texto 2, um dos elementos relevantes a ser considerado na avaliação de políticas, programas e projetos sociais diz respeito à gestão e controle social democrático, posto que incidem sobre:

- (A) o Plano Diretor da Reforma do Estado, que propõe a participação da sociedade civil na gestão de políticas como avaliadora de critérios de eficiência e eficácia;
- (B) a participação democrática, que impede a ocorrência da corrupção e da cooptação na implementação de projetos e programas sociais;
- (C) as diretrizes de descentralização estabelecidas na Constituição Federal de 1988, de participação da sociedade no controle das ações governamentais;
- (D) os parâmetros preconizados pelo Código Civil brasileiro, que conferem a primazia ao Estado na condução das políticas sociais públicas;
- (E) a autonomia da sociedade civil organizada, na medida em que se emancipa e se apodera de suas principais reivindicações e demandas.

63

Em uma solicitação de adoção de criança por casal homoafetivo, a conduta do assistente social deve observar:

- I – os princípios e normativas éticas do Serviço Social;
- II – a Resolução CFESS que veda práticas discriminatórias com relação à orientação sexual;
- III – os novos arranjos familiares na sociedade contemporânea.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

64

Em um processo de pedido de interdição civil envolvendo pessoa com deficiência, o assistente social deve:

- (A) ater-se ao laudo médico sobre a deficiência para propor medidas ao juízo;
- (B) realizar avaliação psicossocial periodicamente, a partir das solicitações do juízo;
- (C) avaliar, do ponto de vista da vida social do sujeito, elementos que falem sobre suas capacidades;
- (D) sugerir ao juízo que todas as avaliações sobre a capacidade do usuário sejam feitas pelo médico;
- (E) informar ao juízo que situações dessa natureza não competem ao Serviço Social.

65

Segundo a legislação profissional, a supervisão de estágio em Serviço Social deve:

- (A) levar em consideração a carga horária de trabalho semanal do assistente social;
- (B) ser realizada de forma indireta junto ao estudante de Serviço Social;
- (C) requerer autorização prévia do Conselho Regional de Serviço Social de seu estado;
- (D) ser realizada após a conclusão de curso de supervisão de estágio em Serviço Social;
- (E) ser acompanhada por profissionais de diferentes áreas, garantindo a formação interdisciplinar.

66

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a medida socioeducativa de internação:

- (A) deve ser aplicada a crianças e adolescentes que cometem atos infracionais graves;
- (B) é prerrogativa dos Conselhos Tutelares diante de situações de violação de direitos de crianças e adolescentes;
- (C) é a medida mais adequada para adolescentes que apresentem distúrbios psicológicos e tendências violentas;
- (D) só deve ser aplicada a adolescentes diante de infração que caracterize grave ameaça ou violência a pessoa;
- (E) é similar à medida protetiva de acolhimento institucional voltada para crianças e adolescentes.

67

Pode ser caracterizada como exercício ilegal da profissão de assistente social, a seguinte situação:

- (A) estar inadimplente com as contribuições junto ao Conselho Profissional;
- (B) atuar em desacordo com os princípios e normativas do Código de Ética Profissional;
- (C) ter o registro profissional emitido por Conselho Profissional de outro estado diferente daquele em que atua;
- (D) atuar em instituição que tenha como objeto o Serviço Social sem que essa possua registro como pessoa jurídica;
- (E) não possuir registro profissional em Conselho Profissional de Serviço Social.

68

Além das instituições do Poder Judiciário, a(s) instituição(ões) que pode(m) ser caracterizada(s) como pertencente(s) ao campo sociojurídico é(são):

- (A) o Centro de Referência em Assistência Social;
- (B) o Ministério Público;
- (C) as ONG de Defesa de Direitos Humanos;
- (D) os Centros de Referência Especializados em Assistência Social;
- (E) as Instituições de Longa Permanência para Idosos.

69

Na realização de uma visita domiciliar a partir de denúncia de negligência contra pessoa idosa, cabe ao assistente social:

- I - observar as condições e o modo de vida da família em seu local de moradia;
- II - solicitar reforço policial, caso se trate de domicílio localizado em área de conflitos armados;
- III – informar à família que a mesma deve buscar psicoterapia para aprender a lidar com as dificuldades do dia a dia.

É correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

70

É atribuição privativa do assistente social:

- (A) prestar assessoria psicossocial a juizes e magistrados;
- (B) realizar visitas domiciliares e institucionais;
- (C) emitir laudos e pareceres em matéria de Serviço Social;
- (D) realizar estudos socioeconômicos;
- (E) realizar vistorias em entidades de acolhimento institucional.

Discursivas

1

Ao longo da História do Serviço Social, as construções teórico-metodológicas que se referem ao estudo social o definem de diferentes formas. No Brasil, duas foram as principais vertentes. Uma, importada do Serviço Social dos Estados Unidos, entendia o estudo social como o momento do conhecimento dos elementos e fatos da vida dos indivíduos, visando construir um diagnóstico social. Outra perspectiva, mais contemporânea, define o estudo social a partir de uma leitura analítica da totalidade social, tendo em vista a compreensão de que a “questão social” é a base fundante da existência da profissão.

Discorra sobre o estudo social realizado por assistentes sociais a partir dos pressupostos ético-políticos e teórico-metodológicos hoje hegemônicos no Serviço Social brasileiro (máximo 20 linhas).

2

A conjuntura contemporânea coloca para o cenário brasileiro as expressões da “questão social” – tradicionais e novas – de forma ampliada.

Iamamoto (2001) analisa que “As estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social”.

Nesse sentido, o Serviço Social vê-se tensionado por dois projetos: o primeiro, de caráter universalista e democrático; e outro, de inspiração neoliberal.

Levando em consideração a tensão que se instala no interior do Serviço Social em seu fazer profissional na atualidade, disserte sobre a intervenção do assistente social sob a perspectiva de UM dos projetos supracitados (máximo 20 linhas).

Realização

